

# OS ENCONTROS INTERECLESIAIS DE CEBS E A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO ECUMÊNICA E DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO (1975-1989)\*

*\*\*Wagner Lopes Sanchez é professor no Departamento de Teologia e Ciências da Religião da PUC-SP, no Instituto de Teologia da Diocese de Santo André e na Faculdade São Luís, São Paulo.*

*Wagner Lopes Sanchez\*\**

## **Resumo:**

*O artigo apresenta a caminhada dos sete primeiros Encontros Intereclesiais de CEBS, realizados de 1975 a 1989, no que diz respeito à emergência da questão ecumênica e do diálogo religioso. O material empírico utilizado neste texto foi extraído de questionários e entrevistas com pessoas que participaram dos referidos encontros.*

## **Chaves:**

*Cebs, pluralismo religioso, ecumenismo e diálogo inter-religioso.*

## INTRODUÇÃO

A Igreja Católica Romana (ICR), no Brasil, reagiu positivamente aos apelos de renovação oriundos do Concílio Vaticano II. A renovação desencadeada pela instituição, tendo à frente a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), atingiu as várias esferas eclesiais: teologia, pastoral, relações com a sociedade civil e com as outras igrejas cristãs e religiões não-cristãs.

Neste artigo, apresento as relações da ICR com o pluralismo religioso no interior dos sete primeiros Encontros Intereclesiais de CEBS, de 1975 a 1989, destacando o VI Encontro, realizado

\*Este texto é parte da tese de doutorado que foi apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP em 2001.

na cidade de Trindade, GO, e o VII Encontro, realizado na cidade de Duque de Caxias, RJ.

## 1. O CONTEXTO HISTÓRICO

Do ponto de vista político, a década de setenta, no Brasil, foi marcada por dois grandes momentos: um dos períodos mais duros do regime militar que se deu entre os anos de 1969 a 1973, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (30/10/69 a 15/03/1974), e por um período de transição de um autoritarismo absoluto para uma abertura gradual a partir de 1974 com a posse do General Ernesto Geisel (15/03/1974 a 15/03/79).

Com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI 5), em 13/12/1968, iniciava-se o terceiro ciclo de repressão desencadeado pelo regime militar caracterizado por *amplios expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático de Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes*.<sup>1</sup> O Congresso Nacional, por imposição do governo militar, permaneceu fechado durante onze meses (de dezembro de 1968 a outubro de 1969). No governo Médici, dentro desse terceiro ciclo, a repressão promovida pela regime militar colocava em risco a vida de quem quisesse fazer oposição ao novo *modus vivendi*. A repressão sistemática desencadeada pelos líderes do regime militar era camuflada pelo chamado *milagre econômico*.

Outro fenômeno que marca o período do governo Médici é o que se pode chamar de *institucionalização da tortura* que foi objeto de denúncia por parte das organizações internacionais. Nesse período, diversas organizações internacionais religiosas e de direitos humanos começaram a divulgar provas da existência de tortura no Brasil.<sup>2</sup> Esse fato, se de um lado mostrava a tragédia enfrentada pelos opositores do regime militar, de outro lado, *lançava sangue* na imagem da ditadura militar no exterior.<sup>3</sup>

Com o governo do General Ernesto Geisel dá-se o início de uma etapa de institucionalização do regime militar.<sup>4</sup> Esse governo não conseguiu recuperar o crescimento econômico que teve o seu auge no ano de 1973 e, com isso, o regime militar perde uma de suas fontes de legitimidade que estava baseada no crescimento econômico. Agora era necessário conseguir outros mecanismos para a obtenção de apoio político e social. É nesse quadro, que se insere a política de distensão que será desenvolvida no mesmo governo. E essa terá duas grandes características: um afrouxamento dos controles sobre a esfera

1 Cf. M. H. M. ALVES, *Estado e oposição no Brasil (1064-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 141.

2 Cf. M. H. M. ALVES, *Estado e oposição no Brasil*, op. cit., p. 166.

3 Alves argumenta que *é provável que a mais séria consequência da institucionalização da tortura e dos programas de pacificação tenha sido o efetivo envolvimento das Forças Armadas na repressão a partir de 1964. Não existe dúvida quanto ao envolvimento ativo de setores do Exército, no processo de tortura, especialmente após a criação do DOI-CODI, em 1969*. Cf. M. H. M. ALVES, *Estado e oposição no Brasil*, op. cit., p. 171.

4 Alves indica três fases: a primeira, de 1964 a 1969, abrangendo os governos Castelo Branco e Costa e Silva que colocou as bases do Estado de Segurança Nacional; a segunda, de 1969 a 1973, aprimorou o modelo econômico e o aparelho repressivo; a terceira, de 1974 a 1978, compreendeu o modelo de distensão política. Cf. M. H. M. ALVES, *Estado e oposição no Brasil*, op. cit., p. 185.

política e o desmantelamento gradativo dos mecanismos mais explícitos de coerção legal.

Com o crescimento da pressão da opinião pública brasileira e internacional associado a esse novo quadro de distensão política, em 1974 a oposição obtém vitória nas eleições legislativas depois de uma campanha com o uso intenso dos meios de comunicação. A campanha eleitoral trouxe à tona o debate sobre questões que até então eram tidas como perigosas: repressão, injustiça social e a iniquidade do modelo econômico. Estava sendo gestado um novo cenário político na sociedade brasileira que possibilitava avanços na direção de um regime mais democrático.

Com desenvolvimento do aparelho repressivo montado pelo regime militar e com o aumento das desigualdades sociais, a ICR, no Brasil, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB),<sup>5</sup> aos poucos foi assumindo o papel de centro aglutinador da oposição. A repressão que se seguiu ao AI 5 foi decisiva para a mudança de posição de diversos setores da hierarquia da ICR. Haja vista que em diversas dioceses leigos católicos, padres e até mesmo bispos sentiram de perto a repressão. É preciso reconhecer no entanto, que, na medida em que a repressão se aproximava da hierarquia episcopal, cada vez mais setores da hierarquia católica foram imprimindo à atuação da CNBB uma posição profética frente à ditadura militar e aos seus desmandos.

1976 foi o ano em que alguns fatos abalaram a hierarquia católica e empurraram ainda mais a mesma para a oposição: a morte dos padres Rodolfo Lukenbein, e padre João Bosco Penido Burnier; o seqüestro de Dom Adriano Hipólito, bispo da diocese de Nova Iguaçu, e a censura oficial sistemática ao nome de Dom Helder Câmara. Esses fatos levaram a CNBB a publicar uma *Comunicação Pastoral ao Povo de Deus* em que denunciava

*a ação perniciosa e nefasta, anônima ou pública, daqueles que tacham bispos, padres e leigos de subversivos, agitadores e comunistas quando tomam a defesa dos pobres, dos humildes, dos presos e das vítimas de torturas, contribui para o clima e a prática da violência e das arbitrariedades. Diante de tantos fatos... Torna-se necessário procurar as raízes mais profundas que colaboram para gerar o clima de violência.*<sup>6</sup>

Esses acontecimentos forçaram a ICR, no Brasil, a mudar a sua relação com o poder, que na maior parte da história do Brasil havia se caracterizado pela aliança, e com a sociedade brasileira. O órgão mais representativo da ICR no Brasil, a CNBB, incorporava as reivindicações de diversos organismos da sociedade civil sufocados pela repressão e assumia um papel de destaque na sociedade brasileira a partir daí.

5 A CNBB foi fundada em 17 de outubro de 1952 com a finalidade de articular os bispos católicos brasileiros. A CNBB nasceu como um organismo sui generis e inovador na Igreja Católica, um dos primeiros lugares de experimentação de um trabalho em comum dos episcopados nacionais. Cf. L. A. G. SOUZA, *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 63. A CNBB possibilitou o desenvolvimento de uma estrutura de planejamento pastoral que foi responsável pela influência da instituição no cenário nacional. Dom Helder Câmara foi uma das figuras centrais na criação e desenvolvimento da CNBB. Cf. T. C. BRUNEAU, *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Loyola, 1974, p. 196.

6 Criticando duramente a Ideologia de Segurança Nacional, sustentáculo do regime militar brasileiro, o documento afirmava: *A Ideologia da Segurança Nacional colocada acima da Segurança Pessoal, espalha-se pelo continente latino-americano, como ocorreu nos países sob domínio soviético. Nela inspirados, os regimes de força, em nome da luta contra o comunismo e em favor do desenvolvimento econômico, declaram a "guerra anti-subversiva contra todos aqueles que não concordam com a visão autoritária da organização da sociedade. (...) Essa doutrina tem levado os regimes de força a incorrerem nas características e práticas dos regimes comunistas: o abuso do poder pelo Estado, as prisões arbitrárias, as torturas, a supressão da liberdade de pensamento*. Cf. CD-ROM CNBB, *Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil 1987-1990*. Documentos CNBB, 38. São Paulo, Paulinas, 1999.

Teixeira aponta como contribuições para essa mudança de posição a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín, Colômbia, em 1968, e a publicação da exortação *Evangelii Nuntiandi*, de Paulo VI, de 1975.<sup>7</sup>

Apesar do quadro desalentador do ponto de vista político, os finais da década de sessenta e inícios da década de setenta vão se caracterizar como um período de grande efervescência no interior da ICR, no Brasil.

O testemunho de Dom Celso Queiroz, que foi secretário-geral da CNBB (1987-1990; 1991-1994), aponta para isso:

*A década de 70 a 80 foi marcada por uma profunda confiança dentro da Igreja, em que pesam episódios menores, que sempre há num país grande como o Brasil. Viveu-se um clima de confiança e de entusiasmo pela evangelização, pela missão. (...) O clima de confiança e de entusiasmo pela missão, existente na cúpula da Igreja, correspondia, na base, a um clima de muita criatividade. (...) Mas é impressionante constatar a simetria ou a correspondência entre o que a Igreja no Brasil viveu na cúpula episcopal nesses anos, e o que as CEBs viveram na base.*<sup>8</sup>

Se, portanto, num plano mais geral, a atuação destacada da CNBB foi fruto de clima de confiança, no que diz respeito às CEBs, elas eram apresentadas como sendo a grande novidade da ICR no Brasil.<sup>9</sup>

É fundamental ressaltar que nesse período surge, na ICR, no Brasil, uma nova articulação entre fé e vida, o resgate da leitura da bíblia no meio popular por meio dos círculos bíblicos, um acento na criatividade litúrgica e o desenvolvimento de uma produção teológica bastante fecunda chamada de Teologia da Libertação. Todas essas mudanças acompanharam a efervescência das CEBs.<sup>10</sup>

É nessa conjuntura política e eclesial que se deve entender o desenvolvimento das pastorais populares e das CEBs e o engajamento de setores do clero e do episcopado no compromisso social:

*O fechamento da conjuntura política e o bloqueio dos vários canais de expressão popular, favoreceram a atuação da pastoral popular e seu compromisso com a causa da vida. A situação de agravamento da pobreza do povo, da violação dos direitos humanos e da repressão generalizada consolidou a urgência do compromisso de engajamento social de setores da Igreja, particularmente aqueles envolvidos com as CEBs. Nesta ocasião, a conjuntura eclesial mais ampla estimulava este compromisso social.*<sup>11</sup>

Foi nesse clima de confiança e de euforia por causa do surgimento e do desenvolvimento das CEBs e das pastorais

7 Cf. F. L. C. TEIXEIRA, *Os Encontros intereclesiais de CEBs no Brasil*. São Paulo, Paulinas, 1996, p. 22.

8 Cf. Cf. C. QUEIROZ, O papel da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Em INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Ed.), *Pastoral da Igreja no Brasil nos anos 70*. Caminhos, experiências e dimensões. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 40.

9 No mesmo depoimento, Dom Celso chega a dizer que se observa a preocupação inicial da Igreja pelo social, pelas grandes reformas de base, pelo desenvolvimento do homem todo e de todos os homens, as CEBs que existiam sobretudo nas áreas rurais do Nordeste, eram o ponto de apoio dessa presença da Igreja na área na área social. Depois, durante a fase da repressão política as CEBs foram o maior ponto de apoio dos pronunciamentos da hierarquia. Elas eram o correio da hierarquia. Com as paróquias a gente não podia contar tanto; uma ou outra vez apenas. Eram sobretudo as CEBs e os grupos de base que se articulavam na defesa daqueles que eram perseguidos e presos, que, aliás, eram normalmente membros também ligados às comunidades e aos movimentos de base. Cf. C. QUEIROZ, O papel da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, op. cit., p. 41.

10 Cf. Cf. F. L. C. Teixeira, *Os Encontros intereclesiais de CEBs no Brasil*, op. cit., p. 23.

11 Cf. Cf. F. L. C. Teixeira, *Os Encontros intereclesiais de CEBs no Brasil*, op. cit., pp. 23-24.

populares, que, por iniciativa de agentes de pastorais (bispos, padres e religiosos), envolvidos com a caminhada das mesmas, no ano de 1975, tiveram início os Encontros Intereclesiais de Comunidades Eclesiais de Base.<sup>12</sup>

## 2. A FINALIDADE DOS ENCONTROS INTERECLESIAIS

Os Encontros Intereclesiais de CEBs foram e são uma tentativa de articulação dessa experiência pastoral que representa uma das contribuições mais importante da ICR na América Latina. Eles têm a finalidade de *celebrar a vida e a fé das comunidades; favorecer a partilha das experiências entre elas, a partir da diversidade nacional; animar e fortalecer as comunidades; propiciar um tempo de reflexão sobre um tema de atualidade socioeclesial*.<sup>13</sup>

Ressaltando um desses aspectos, Pe. João Batista Libânio, presença constante nos Intereclesiais, afirmou que a troca das experiências está nas origens dos encontros: *Os intereclesiais nasceram com a finalidade de partilhar as experiências, a vida, as reflexões que se faziam nas comunidades eclesiais de base ou sobre elas*.<sup>14</sup>

A socialização das experiências tem, por isso, um papel central nos encontros. O conjunto dessas práticas são a matéria prima para o aprofundamento realizado pelos assessores presentes aos encontros.

A partir do VI Intereclesial de Trindade, GO, em virtude do crescimento do número de participantes, o caráter celebrativo assume maior relevância e acabou se tornando a tônica principal dos encontros. Até o V Intereclesial, Canindé, CE, o pequeno número de pessoas favorecia a troca de experiências e o intercâmbio entre os participantes:

*Nos encontros anteriores, o número mais limitado de pessoas favoreceria uma troca reflexiva mais acentuada entre os membros das bases, agentes, assessores e bispos, e as questões podiam ser trabalhadas sob diversos ângulos. Em Trindade haverá uma inflexão no caráter dos Encontros Intereclesiais, que passam agora a assumir uma relevância celebrativa mais acentuada. Já no relatório da Reunião de Coordenação do Encontro, ocorrida dois dias antes do início do evento, foi destacado o espírito celebrativo e não deliberativo do VI Encontro. Num evento de quase duas mil pessoas não se podia mais, evidentemente, privilegiar o momento reflexivo*.<sup>15</sup>

A esse respeito, acrescenta Libânio no texto citado acima: *Continuam os momentos de intercâmbio de experiências em grupo e em plenários, os trabalhos em grupo para aprofundamento da temática central e os relatórios em sucessivos plenários*

12 Segundo Dom Luís Gonzaga Fernandes, bispo-auxiliar da arquidiocese de Vitória, ES, a idéia de realizar o I Intereclesial surgiu de uma conversa informal entre ele e o historiador Eduardo Hoornaert, no início de 1974. Cf. F. L. C. Teixeira, *Os Encontros intereclesiais de CEBs no Brasil*, op. cit., p. 24.

13 Cf. CNBB-CEBSs, 1995, p. 29.

14 Cf. J. B. LIBÂNIO, VII Encontro intereclesial das CEBs: Povo de Deus na América Latina a caminho da libertação. Em *REB*, 1989, 49(195), p. 31.

15 Mesmo tendo sido definido o caráter celebrativo dos Intereclesiais, em Trindade houve questionamento por parte de um grupo a respeito do mesmo. O relatório do segundo dia (23/07/86) do Intereclesial de Trindade, apontava para esse questionamento indicava o encaminhamento que foi dado: *Diante disso, se pergunta: este encontro tem ou não caráter deliberativo? Nós sabemos que a messe é grande e nós somos poucos. A luta é grande e temos que nos desdobrar. E assim acabamos, por causa de muito trabalho, levando para o partido o que é questão de comunidade e vice-versa. O encontro tem valor deliberativo no que toca aos problemas das CEBs*. Cf. *SEDOC*, 19 (1986), p. 425.

os com participação dos assessores. Os Intereclesiais transformam-se em gigantescos momentos de celebração da fé e da vida das comunidades, em excelente escola de liturgia popular para os presentes e para as comunidades.<sup>16</sup>

### 3. ABERTURA PARA O ECUMENISMO

Para entender a abertura para o ecumenismo nos Intereclesiais, neste momento, vou apresentar os elementos mais importantes dessa trajetória destacando dois Encontros: o VI, realizado em Trindade, GO, em 1986; e o VII, realizado em Duque de Caxias, no ano de 1989.

Desde o I Encontro Intereclesial de Vitória, ES, realizado em 1975, estava presente a dimensão ecumênica.<sup>17</sup> Na arquidiocese de Vitória, ES, havia uma comunidade ecumênica, a Comunidade de Taizé.<sup>18</sup> Dois Irmãos dessa Comunidade, Michel e Pascal<sup>19</sup> atuavam na Arquidiocese de Vitória participando de diversos trabalhos: pastoral de juventude, produção de material, coordenação de CEBs e conselho de pastoral da Arquidiocese (Entrevistado nº 12).<sup>20</sup> A Comunidade de Taizé foi envolvida na preparação do I Encontro como conseqüência da inserção da mesma nas atividades pastorais da Arquidiocese.

Essa característica de abertura dá ao ecumenismo presente na Arquidiocese de Vitória levou um dos entrevistados, que esteve presente já no primeiro encontro, a afirmar:

*Eu penso que se o primeiro Intereclesial não tivesse sido em Vitória e fosse num outro lugar onde essa realidade não existia seria mais penoso esse processo (Entrevistado nº 12).*

Além desse primeiro elemento — a presença da Comunidade de Taizé, em Vitória — na raiz da ecumenicidade dos Intereclesiais, o grupo de assessores que estava presente nos primeiros encontros pertenciam ao Grupo de Corrêas.<sup>21</sup>

No II Encontro, realizado, também em Vitória, em 1976, havia a presença de um evangélico, o sociólogo Jether Pereira Ramalho, membro da Igreja Congregacional, que fez parte da equipe de assessores do Intereclesial. No III Encontro, realizado na cidade de João Pessoa, PB, 1978, esteve presente o mesmo assessor e mais três representantes evangélicos que foram indicados pelas CEBs participantes do Intereclesial.

Percebe-se, conseqüentemente, que a abertura para o ecumenismo e para o diálogo inter-religioso se dá de forma muito natural. A marca da diversidade cristã e religiosa desde o início não foi fruto de uma decisão do grupo que coordenava o processo. Ao contrário, foi algo que se deu ao longo da caminhada processo como decorrência de uma trajetória marcada por aquelas duas diversidades.<sup>22</sup>

16 Cf. J. B. LIBÂNIO, VII Encontro intereclesial das CEBs, op. cit., p. 32.

17 Dois autores evangélicos falando a respeito da ecumenicidade das CEBs escreveram: *As CEBs nasceram ecumênicas se forem considerados os seus estatutos eclesiológicos. Ou seja, as perspectivas de abertura, de alteridade, de respeito ao diferente, de interesse por temas e por questões abrangentes que envolvem a todos, fortemente presentes desde os primórdios, revelam a ecumenicidade das CEBs. Trata-se de uma nova visão eclesial. (...) Os intereclesiais também nasceram com essa ecumenicidade.* Cf. C. RIBEIRO — J. P. RAMALHO, Caminhar juntos: um balanço da trajetória ecumênica das CEBs no Brasil. Em *REB*, 57 (1997), p. 868.

18 Essa Comunidade de Taizé é ligada à Comunidade Monástica de Taizé, em Saône-et-Loire, França que foi fundada em 1942 por Roger Schutz, de origem protestante. A Comunidade de Taizé é uma experiência pioneira no âmbito do ecumenismo vida comunitária e monástica. Atualmente, no Brasil, a Comunidade de Taizé está presente em Alagoinha, Bahia.

19 Ir. Michel Otton Bergman e Ir. Ralph Roy Walsh que é conhecido como Ir. Pascoal.

20 Além disso, existia uma proximidade muito grande com a Igreja Presbiteriana Unida, com a presença do pastor James Wright.

21 Esse grupo reunia teólogos e cientistas sociais católicos e evangélicos que começaram a se encontrar no início da década de setenta para refletir sobre a conjuntura sócio-eclesial.

22 Um dos entrevistados, que esteve presente desde o I Intereclesial, afirma que a diversidade religiosa e a diversidade cristã, estiveram presentes desde o início. Foi algo natural sem se perguntar (Entrevistado nº 12)

## VI Encontro Intereclesial de CEBs — Trindade, GO.

Foi com o VI Intereclesial realizado em Trindade, GO, de 21 a 25 de julho de 1986, que se deu o grande salto qualitativo quanto à participação dos evangélicos nos Intereclesiais.

Em Trindade, pela primeira vez nos Intereclesiais, houve a participação de um grupo expressivo de evangélicos: era um total de dezenove pessoas provenientes de seis igrejas: Igreja Episcopal do Brasil (quatro), Igreja Metodista (três), Igreja Evangélica Pentecostal *O Brasil para Cristo* (uma), Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (três), Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (cinco) e Igreja Congregacional (três). Entre essas dezenove pessoas, três fizeram parte grupo de assessores: Júlio de Santa Anna, da Igreja Metodista; Jether Pereira Ramalho, da Igreja Congregacional, e Olavo Nienow, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

Nesse sentido, Trindade significou uma nova etapa no caráter ecumênico dos Intereclesiais. Se até o V Encontro realizado na cidade de Canindé, CE, no ano de 1983, a sensibilidade e a abertura ecumênica estiveram presentes nos Intereclesiais, a partir de Trindade, em virtude de uma presença maior do evangélicos, a questão ecumênica aparecia com mais força. A visibilidade dos evangélicos em Trindade traz à tona, nos Intereclesiais, a questão da necessidade de abertura para o ecumenismo, segundo um dos evangélicos presentes:

*Em Trindade a gente começa a aparecer, agora de forma mais evidente. A questão do ecumenismo vai ser o elemento fundante do VI Encontro. (...) Então aí houve uma participação muito forte inclusive nas celebrações* (Entrevistado nº 7).

Um suplemento especial da Revista *Tempo e Presença*, apresentava as seguintes justificativas para a participação dos evangélicos nos Intereclesiais:

*a perspectiva pastoral e evangelizadora das CEBs que indicava a necessidade de inserção social e política dos cristãos. Esta perspectiva é fundamentalmente ecumênica uma vez que outros cristãos encontravam-se nas mesmas lutas sociais e com semelhantes preocupações. Uma segunda razão é a dimensão eclesial, expressa na formulação uma nova forma de ser igreja. A vivência comunitária da fé, a leitura da Bíblia, a valorização dos leigos, entre outros, são aspectos que aproximam as comunidades católicas e evangélicas.*<sup>23</sup>

O processo que levou à visibilidade dos evangélicos em Trindade foi lento e, na visão do entrevistado citado acima, foi fruto de uma conquista dos mesmos:

*Nós fomos conquistando esse espaço com paciência, com humildade e com uma certa clareza. Eu sempre chamei a*

23 Esse Suplemento Especial da Revista *Tempo e Presença*, publicado por Koinonia, como preparação para o IX Encontro Intereclesial de São Luís, tinha por finalidade ser um conjunto de reflexões, informações e análises que desejam ser uma contribuição para as comunidades católicas e evangélicas mergulharem, ainda mais, na temática 'Comunidade e Massa'. Cf. TEMPO E PRESENÇA, Nov/Dez., 1996, p. 10.

*atenção disso por entender que estávamos dentro de um evento católico* (Entrevistado nº 7).

A abertura ecumênica pôde ser sentida em outros dois elementos: a participação de evangélicos na coordenação do Intereclesial e nas celebrações.<sup>24</sup> Pela primeira vez se decidiu que um evangélico faria parte da Comissão Ampliada Nacional.<sup>25</sup>

Além disso, também pela primeira vez, um evangélico coordenou um dos plenários do encontro.<sup>26</sup> Esse fato provocou a crítica de um bispo, Dom Manoel Pestana Filho, da diocese de Anápolis, GO. Ele afirmava que, se o encontro era da ICR, não poderia um evangélico exercer função de coordenação. Essa reação teve repercussão na imprensa e levantou a questão a respeito da pluralidade religiosa nos Intereclesiais (Entrevistado nº 12) e trouxe o questionamento relativo à ecumenicidade dos mesmos.

Barros, analisando o caráter celebrativo do Intereclesial de Trindade, apontou, que a ecumenicidade foi um dos elementos característicos das celebrações do Encontro:

*Normalmente os evangélicos se inseriram bem nas orações e cânticos, como nos diálogos e reuniões.*

*Não se tratava de escamotear a realidade da divisão, mas de dar sinais e passos de reconciliação e unidade. Muitas pessoas da base, consultadas, opinaram que o culto da 6ª feira pela manhã, coordenado pelos evangélicos foi o ponto alto das celebrações. Quando estes pediram perdão à assembléia pela pouca inserção social que algumas Igrejas ainda vivem no seu modo de serem Igrejas, houve muita gente que encheu os olhos de lágrimas.*<sup>27</sup>

Referindo-se à missa de encerramento do encontro, celebrada segundo os cânones católicos, Barros aponta para a presença de uma pastora que fez a proclamação do Evangelho e de um pastor que foi um dos pregadores na homilia. *Era um sinal profético de que algo novo e iniciante, mas que ousaria dizer, de acordo com o Evangelho, deve ter feito Jesus sorrir de alegria e satisfação com este Encontro.*<sup>28</sup>

Apesar desse entusiasmo de Barros, aqui se encontra um dos limites do ecumenismo praticado nos Intereclesiais e que é, também, um dos obstáculos que estão colocados na pauta do diálogo entre a ICR e as igrejas evangélicas com as quais mantém diálogo. Trata-se da celebração da eucaristia:

*Ainda existe um elemento que, de certa maneira, é um elemento constrangedor para a participação dos evangélicos que é a questão da celebração eucarística. A celebração eucarística é um marco muito divisório e isto questiona muito a própria participação dos evangélicos. Não somos os visitantes, espectadores. Mas se somos participantes plenamente*

24 Cabe ressaltar que, como já foi assinalado anteriormente, em Trindade o caráter celebrativo ganha maior relevância. Cf. F. L. C. TEIXEIRA, *Os Encontros intereclesiais de CEBs no Brasil*, op. cit., p. 68.

25 No ano de 1985 foi criada, pela primeira vez, a Comissão Ampliada Nacional formada por três representantes de cada diocese ou prelazia do Regional Centro-Oeste, da CNBB, três representantes da Comissão Arquidiocesana de Goiânia e de todos os membros da Comissão Executiva.

26 Jether Pereira Ramalho, da Igreja Congregacional, estava na coordenação do Plenário A — “D. Fernando”. Os participantes estavam distribuídos em quatro plenários e cada um destes era coordenado por três pessoas.

27 Cf. M. BARROS, Uma grande festa de compromisso. Em *REB*, 46 (1986), pp. 543-544.

28 Cf. M. BARROS, Uma grande festa de compromisso, op. cit., p. 544.



*te, para os pastores e bispos, fica sempre uma situação constringedora. (...) a gente participa ativamente na coordenação do encontro, dirigindo as plenárias, e chega na hora da eucaristia você fica em segundo plano. (...) Nós queremos ter participação plena* (Entrevistado nº 7).

A impossibilidade de haver uma participação plena na eucaristia é, para esse evangélico entrevistado, um obstáculo na trajetória ecumênica dos Intereclesiais. Essa dificuldade, no entanto, não poderá ser resolvida no âmbito dos Intereclesiais em razão dos limites colocados pela compreensão católica da eucaristia e do próprio ministério praticado pelas igrejas evangélicas.<sup>29</sup> Há aqui um óbice que, certamente, é um limite à abertura ecumênica dos Intereclesiais.

29 O *Directorio para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo*, do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos, publicado no Brasil no ano de 1994, estabelece normas a respeito da partilha da vida sacramental com os cristãos de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais. Veja-se especialmente pp. 78-80.

## VII Encontro Intereclesial de CEBs — Duque de Caxias, RJ.

Em Duque de Caxias, houve um outro salto qualitativo na abertura ecumênica dos Intereclesiais. Na carta dirigida às comunidades, a Comissão Ampliada do VII Encontro, afirmava com destaque: *Pela primeira vez o Encontro terá uma dimensão ecumênica, com a participação de mais de cem irmãos e irmãs de diferentes igrejas. Tal fato é um sinal do Espírito que convoca as Igrejas à unidade, construída a partir das lutas do povo.*<sup>30</sup>

30 Cf. *SEDOC*, 22 (1989), p. 275.

O Encontro de Duque de Caxias foi o resultado do processo que começou a ganhar consistência em Trindade:

*Em Caxias vivemos o ápice da emergência. É um processo que vai ganhando volume e vai emergindo em dados momentos e ganha muita substância em Trindade e emerge em Caxias. Em Caxias é a explosão. Quer dizer, são 120 delegados* (Entrevistado nº 7).

A própria Carta de Conclusão do Encontro reafirmava essa idéia de que o ecumenismo naquele Encontro teve um salto qualitativo quando à participação dos evangélicos e quanto à abertura para questão ecumênica. Depois de indicar diversos *sinais do Reino de Deus* presentes no encontro, a carta afirma: *Finalmente, o sinal do Reino que mais marcou o VII Encontro foi o passo dado em busca do ecumenismo.*<sup>31</sup> E, segundo a carta, *o passo dado em busca do ecumenismo* tem a ver tanto com a vocação da Igreja Cristã para construir a unidade, como também com a missão da mesma de *trabalhar e lutar pela libertação*.

31 *Idem*, p. 338.

De fato, a forte presença dos evangélicos no Intereclesial de Duque de Caxias já foi definida na preparação do encontro. Nesse processo, definiu-se que a presença dos evangélicos nos Intereclesiais deveria ser mais expressiva. Participaram cento e vinte pessoas pertencentes a doze Igrejas evangélicas (Presbi-

teriana do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), Evangélica Luterana do Brasil (IELB), Assembléia de Deus, Presbiteriana Unida, Presbiteriana Independente, Batista, Pentecostal Santuário da Fé, Evangélica de Confissão Reformada, Congregacional, Metodista do Brasil e Igreja do Nazareno) e a Igreja Anglicana.<sup>32</sup>

Em vista disso, um dos entrevistados afirmou que os evangélicos, em Duque de Caxias, foram parceiros das CEBs na organização e realização do Intereclesial:

*Quando Dom Mauro convidou, eles tinham se organizado para prestar essa colaboração e integrar o trabalho. Então lá foi uma parceria. Não foram como convidados. Estruturalmente eles entram com a presença na cúpula, em nível nacional, mas eles entraram muito em nível local com essa comissão, com esse grupo de preparação, com a cartilha, com um número especial de Tempo e Presença. Então eles tomaram parte integrante* (Entrevistado nº 12).

Três são os fatores que facilitaram o envolvimento dos evangélicos no Intereclesial de Duque de Caxias.

O primeiro fator foi a organização de uma Comissão Ecu-  
mênica que tinha a tarefa de ajudar na preparação dos evangélicos para o Intereclesial, seja fazendo contatos com representantes de Igrejas evangélicas, seja incentivando a participação de evangélicos nos encontros regionais. Tal grupo foi formado em abril de 1988, com doze membros, representantes das igrejas que mais se envolveram na organização do Intereclesial: Metodista do Brasil, Presbiteriana Unida e Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, que era coordenada por Jether Pereira Raimalho, membro da Igreja Congregacional. Essa Comissão tinha a tarefa de ajudar na preparação dos evangélicos para o 7º Encontro, estabelecendo contatos com representantes de Igreja evangélicas... e incentivou a participação dos delegados evangélicos nos Encontros Regionais de CEBs.<sup>33</sup>

Com relação às condições que propiciaram a constituição dessa Comissão, um dos entrevistados afirmou:

*Primeiro foi todo o processo. O processo vai emergindo. E segundo porque na Baixada Fluminense a presença dos evangélicos é muito forte. E terceiro a abertura do bispo. Dom Mauro abriu completamente. Ele se considerava ecumênico.* (Entrevistado nº 7).

O segundo fator, e talvez o mais importante, que influenciou na participação de grande número de evangélicos foi a situação específica da Diocese de Duque de Caxias. Já havia ali uma experiência ecumênica entre a ICR, a Igreja Metodista do Brasil e a Igreja Presbiteriana Unida. Essas experiências ocorriam em torno das questões sociais que na época afloravam e

32 Quanto à escolha dos membros das igrejas evangélicas a partir do VI Intereclesial, foi decidido que cada diocese da ICR estabeleceria os critérios levando em conta, inclusive, o próprio contexto de cada diocese (Entrevistado nº 9). Cabe ressaltar que além de membros das igrejas evangélicas e da Igreja Anglicana, o VII Intereclesial contou com a participação de um bispo ortodoxo. Cf. SEDOC, 22 (1989), p. 334; F. L. C. TEIXEIRA, *Os Encontros intereclesiais de CEBs no Brasil*, op. cit. p. 84.

33 Cf. SEDOC, 22 (1989), p. 261.

que, de uma forma ou de outra, atingiam a sensibilidade daquelas igrejas:

*Lá, no caso de Caxias, nós tínhamos a Pastoral Ecumênica da Terra que de alguma maneira tinha ressonância... Então, eram temas sócio-políticos que facilitavam o diálogo. Quer dizer, a dimensão ecumênica era quase que natural: a questão da terra é de todos, a questão associativa, no nosso caso era muito forte, a organização de moradores tanto no nível local como municipal (Entrevistado nº 9)*

*Também havia na região de Xerem uma outra questão forte além da questão da terra que era a Fábrica Nacional de Motores que passou para as mãos da FIAT e houve demissão em massa: cinco mil trabalhadores foram demitidos. Eram circunstâncias emergenciais. Depois tinha também a pedreira onde houve demissão em massa. A gente se juntava para fazer manifestações na porta da pedreira, na porta da FIAT, fizemos vários encontros, para discutir isso, para ajudar as pessoas. E foi de forma ecumênica, até macro-ecumênica porque tinha um monte de gente misturada naqueles projetos (Entrevistada nº 13).<sup>34</sup>*

34 No bojo dessas atividades ecumênicas, tiveram início grupos de estudo que reuniam padres e pastores metodistas e presbiterianos unidos que se encontravam reuniam para refletir pastoralmente a situação da área onde a gente vivia que era a Baixada Fluminense (Entrevistada nº 13)

O terceiro fator, que aparece nas entrevistas com os evangélicos, foi a abertura ecumênica e o empenho da diocese de Duque de Caxias e de Dom Mauro Morelli, bispo da referida diocese, para realizar um encontro que envolvesse o maior número possível de evangélicos. Esse acontecimento aparece até nas entrevistas feitas com evangélicos:

*O papel de Dom Mauro foi muito forte, eu diria fundamental, por que ele sempre enfatizou que a dimensão ecumênica deveria ser uma das questões pastorais mais importantes no trabalho da diocese. Então, não só no Intereclesial mas desde antes. (...) O VII Intereclesial foi um espaço em que tanto ele como bispo como outros, padres e lideranças leigas, que tinham um anseio ecumênico puderam ter como momento de articulação, aproximação maior do que já havia. (...) havia uma sensibilidade enorme com a presença das pessoas evangélicas (Entrevistado nº 7)*

*... a gente teve a oportunidade de participar da organização, até por conta da abertura total de Dom Mauro Morelli. A gente estava nas bases, tanto nas equipes de serviço, nas equipes organizando os grupos de estudo, na assessoria.... E nós fomos inseridos nos grupos. A minha convicção é de que tudo tem a ver com Dom Mauro Morelli (Entrevistada nº 13).*

Nesse contexto, o grande número de evangélicos presentes e o papel desenvolvido pela Comissão Ecumênica possibilitaram a participação de pessoas dessas igrejas fosse além da simples presença e que as mesmas assumissem tarefas na própria

organização do encontro: nas comissões preparatórias, nas equipes de serviços, na hospedagem e na coordenação.

A esse respeito, um dos assessores evangélicos que participou do Intereclesial de Duque de Caxias, escreveu enfatizando que um dos grandes avanços dados no encontro foi justamente na caminhada ecumênica:

*Não foi a primeira vez que representantes de outras igrejas participaram dos encontros intereclesiais. Mas de forma integrada, comprometida, substancial, influente, como no VII, nunca se havia visto no Brasil. Sem dúvida, esse encontro marcou um novo momento na caminhada ecumênica. (...) As barreiras históricas de separação entre os cristãos foram sendo diminuídas e relativizadas frente ao forte apelo da unidade.*<sup>35</sup>

Mais uma vez, como em Trindade, o caráter ecumênico também ganhou expressão em Duque de Caxias nas celebrações. A liturgia inicial já apontava para isso tendo a presença de um bispo católico, um bispo ortodoxo, um bispo anglicano e um pastor evangélico e as palavras de D. Mauro foram carregadas de ecumenicidade, para além das confissões cristãs, referindo-se explicitamente à riqueza espiritual das religiões afro-brasileiras que contribuem para animar, confortar, dar esperança ao povo sofrido da baixada fluminense.<sup>36</sup> Vale sublinhar que numa outra liturgia, uma pastora da Igreja Metodista do Brasil, Rosângela Soares de Oliveira, deu a bênção sobre a multidão.

Em outros momentos celebrativos a dimensão ecumênica aparecia com relevância. O teólogo católico João Batista Libânio, que tem coordenado nos últimos anos o grupo de assessores nos Intereclesiais, observa que:

*Nas celebrações mais marcantes, a presença de bispos não católicos e de pastoras e pastores evangélicos assumiu relevância, quer lendo a Palavra de Deus, quer pregando, quer abençoando os fiéis. Na celebração inaugural, os evangélicos recitaram a fórmula ecumênica do Credo além de outras formulações feitos pelos regionais numa dimensão fortemente social" (1989, 519).*<sup>37</sup>

Libânio, referindo-se à importância da experiência ecumênica vivida no VII Intereclesial, coloca também os limites da mesma:

*Sem dúvida, essa experiência ecumênica do VII Intereclesial pertence mais aos sinais anunciadores e antecipadores, do que reflete uma realidade tranqüila já possuída. (...) Para uma sensibilidade católica tradicional, ver uma pastora de estola no altar a dar a bênção ou um bispo anglicano a concelebrar, ou um bispo católico a entregar sua estola a um pastor, ou uma homilia a louvar a fé das religiões afro-brasileiras, pode ser uma dose forte demais.*<sup>38</sup>

35 Cf. J. P. RAMALHO, Avanços e questões na caminhada das CEBs. Em *REB*, 49 (1989), p. 575.

36 Cf. J. B. LIBÂNIO, VII Encontro intereclesial das CEBs, op. cit., p. 517.

37 Libânio nos fala sobre outra forma como os pastores evangélicos contribuíram com o VII Intereclesial: *A atitude discreta e fraterna dos pastores não-católicos, presentes no meio do povo, como um irmão, contribuiu altamente para esse clima ecumênico.* Idem, p. 519.

38 Idem, p. 520.

Apesar do avanço que aconteceu no VII Intereclesial, é necessário ter claro que a experiência ecumênica encontra limites no interior das igrejas e até mesmo no interior das comunidades. Certamente, a experiência ecumênica vivida em Duque de Caxias não é a experiência ecumênica que se dá na maior parte das CEBs. Por isso, o avanço obtido no VII Intereclesial, que está bastante relacionado com a conjuntura local e com caminhada ecumênica da diocese de Duque de Caxias, deve ser visto muito mais como a antecipação de um futuro desejado por setores de algumas igrejas cristãs do que propriamente reflexo da realidade.

De qualquer forma, o crescimento quantitativo e qualitativo da participação dos evangélicos nos Intereclesiais facilitou o debate sobre a problemática do pluralismo religioso.<sup>39</sup>

39 Um dos entrevistados evangélicos chegou a dizer que *a entrada dos evangélicos nos intereclesiais foi um pouco a porta de entrada para toda a discussão da pluralidade religiosa que teve nos anos seguintes* (Entrevistado nº 9).

#### 4. A ABERTURA PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Nos Encontros Intereclesiais de CEBs, a questão do diálogo inter-religioso está relacionada às religiões indígenas e às religiões de afro-descendentes. Tanto num como no outro caso, o encaminhamento dado pelos intereclesiais foi muito diferente do tratamento dado à questão ecumênica. Certamente isso se vincula com as trajetórias diferenciadas da ICR relativa a essas duas questões. No Brasil, o percurso oficial da ICR no âmbito do ecumenismo foi muito maior do que quanto ao diálogo com outras religiões sobretudo quanto às religiões indígenas e africanas.

Diferentemente das relações ecumênicas, o diálogo sobretudo com religiões produzidas pelos povos indígenas e afro-descendentes depende, acima de tudo, do diálogo com as culturas enquanto tais. Numa sociedade pluricultural, como a brasileira, o diálogo com as culturas impõe-se, crescentemente, como uma exigência.<sup>40</sup>

40 Cf. M. BARROS, *O sonho da paz. Unidade nas diferenças: Ecumenismo religioso e diálogo entre os povos*. Petrópolis, Vozes, 1996, p. 167.

Como será visto, no desenrolar deste trabalho, a problemática do diálogo inter-religioso nos Intereclesiais vai aparecer com força justamente no VIII Intereclesial de Santa Maria que teve como tema a cultura: *Culturas oprimidas e a evangelização na América Latina*.

Mas antes do VIII Encontro, houve uma trajetória que criou as condições necessárias para que a problemática aflorasse. Se a abertura para a diversidade cristã esteve presente no I Encontro (1975), foi somente no II Encontro (1976) que aconteceu a abertura para a pluralidade religiosa. Já neste último, esteve presente um cacique que foi protagonista de um gesto simbólico que se repetiria mais tarde em João Pessoa: ele colo-

cou um cocar na cabeça de Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia.<sup>41</sup>

Um dos entrevistados, fazendo um comentário sobre o III Intereclesial de João Pessoa, PB, falou do fato ocorrido que, para ele, trazia à tona já naquela época a indagação sobre o reconhecimento das religiões indígenas:

*No terceiro encontro, o que me marcou foi a presença indígena. Estava presente um cacique, o cacique Aniceto. E o cacique Aniceto tomou uma posição de reivindicação, de reconhecimento do seu status de líder religioso, de dirigente de uma fração religiosa e numa atitude forte ele disse “eu tenho que sentar junto com os bispos”.*

*Isso aconteceu num plenário. Ele disse “eu quero sentar junto com vocês. Eu me coloco na mesma situação de vocês”. Tirou o cocar dele e colocou na cabeça de Dom José Maria Pires e na hora da fala, ele disse “eu quero falar como chefe de igreja, como líder religioso”. Aí, nesse momento, criou aquele impacto. Quer dizer, ele estava colocando para todos nós o problema do reconhecimento das religiões indígenas como religiões em igualdade de condições com as expressões cristãs (Entrevistado nº 7).*

Como se pode observar, tanto no II como no III Intereclesiais a participação indígena trazia um questionamento sobre o lugar da religião indígena no campo religioso e da sua relação com a ICR. Ao reivindicar o *status* de líder religioso, o cacique Aniceto colocava em questão a visão da ICR com relação às religiões indígenas. Ele exigia a condição de igualdade e de respeito diante das autoridades religiosas ali presentes. O seu gesto de tirar o cocar e colocá-lo na cabeça de Dom José Maria Pires, bispo da Arquidiocese da Paraíba, era emblemático: apresentava o seu reconhecimento de igualdade diante da ICR e denunciava a própria forma como essa instituição se relaciona com as religiões indígenas não admitindo as mesmas como iguais.

Depois do Intereclesial de João Pessoa, a cada ano cresceu o número de participantes indígenas: dez em Trindade; trinta em Duque de Caxias; quarenta e três (incluindo um pajé) em Santa Maria e cinquenta e três em São Luís.

Em nenhum dos encontros, entretanto, as lideranças religiosas indígenas são convidadas como tais e aparecem de forma não-articulada. O mesmo tratamento dispensado às lideranças indígenas vai ser dado também às lideranças de religiões de afro-descendentes. Tratamento diferente foi dado aos representantes evangélicos que, inclusive, são convidados pelas próprias dioceses para participar dos Intereclesiais envolvendo-se, como já foi visto, na organização, realização e até mesmo coordenação dos mesmos.

41 A trajetória, na época recente, do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), fundado em 1972, exerceu um papel importante nessa abertura dos Intereclesiais para a questão indígena. O CIMI é um órgão anexo à CNBB e reúne todos os agentes de pastoral da Igreja Católica que atuam no meio indígena.

42 A primeira tentativa de articulação de agentes de pastoral negros se deu em 1973, por iniciativa de um grupo de irmãs negras da Congregação das Misericórdias de Jesus Crucificado.

Um outro aspecto a ser considerado é que em Trindade a coordenação do Intereclesial convidou um teólogo negro, vinculado aos APNs (Agentes de Pastoral Negros), para participar do Encontro na condição de assessor, justamente num momento em que, em nível nacional, começava a se preocupar com a articulação das várias iniciativas pastorais específicas dedicadas a acompanhar os afro-descendentes (Entrevistado nº 10).<sup>42</sup>

Além disso, um fato relevante em Trindade é que também, pela primeira vez, as lutas dos negros aparecem como preocupação no terceiro dia do Encontro, dia 23 de julho, na discussão do tema Luta pela Nova Sociedade — Movimentos Populares e Lutas Específicas. Neste momento do encontro, os participantes foram divididos por grupos de realidades específicas. E um grupo de negros foi formado para a discussão próprias da negritude.

É em Duque de Caxias que a questão do diálogo inter-religioso com as religiões de afro-descendentes se coloca com mais força, em virtude da própria presença expressiva de negros no encontro:

*Em Duque de Caxias já havia um corpo maior seja pelo ambiente de Baixada Fluminense (...) houve, digamos assim, uma dimensão de diálogo inter-religioso, não tanto de maneira formal mas pela composição das pessoas que estavam aí. Quer dizer, o Intereclesial não previa um momento específico sobre diálogo inter-religioso com as religiões afro mas no próprio ambiente onde nos encontrávamos, em Duque de Caxias, isso era uma coisa espontânea. Pessoas que estavam aí, que tinham ajudado a preparar o ambiente das CEBs, comunidades locais, eram comunidades com as identidades e uma identidade que passa exatamente por essa dupla pertença (Entrevistado nº 10).*

A realidade sócio-cultural da Baixada Fluminense favorecia a presença de negros no Intereclesial de Duque de Caxias. Além disso, neste caso também aparece a abertura do bispo e de setores do clero da Diocese para a questão afro:

*Quer dizer, o Intereclesial não previa um momento específico sobre diálogo com as religiões afro mas no próprio ambiente onde nos encontrávamos, em Duque de Caxias, isso era uma coisa espontânea. Pessoas que estavam lá, que tinham ajudado a preparar o ambiente das CEBs, comunidades locais, em comunidades com as identidades e uma identidade que passa exatamente por essa dupla pertença. Dom Mauro Morelli, anfitrião, consciente dessa mescla, foi muito respeitoso nas falas, na acolhida e em outros momentos, ele mencionava as várias lideranças religiosas inclusive de pai-de-santo etc (Entrevistado nº 10).*

Um outro entrevistado narra um fato que reafirma a atitude de abertura do bispo:

*Dom Mauro, quando apresentou um dos chefes de terreiro, pai-de-santo, como clérigo, lá na frente. Como fez o cacique Aniceto lá em João Pessoa, Dom Mauro fez com os negros na Baixada (Entrevistado nº 7).<sup>43</sup>*

Estavam presentes nesse Intereclesial dois pais-de-santo e uma mãe-de-santo que não foram convidados para participar do Encontro na condição de lideranças religiosas. Participaram do encontro como membros de CEBs, que eram na Baixada Fluminense, em razão do fenômeno de dupla pertença religiosa assinalada na Entrevistado nº 10.

O que reforçou a não oficialidade da presença de lideranças religiosas afro-brasileiras em Duque de Caxias foi a forma de participação dessas pessoas no Encontro. Foi um processo espontâneo, porque se deu pelo fato de tais lideranças terem dupla pertença religiosa e são participantes ativos nas CEBs de Duque de Caxias e, por isso, também foram envolvidas em toda a organização.

Diferentemente da dimensão ecumênica que podia ser percebida nas celebrações, a abertura para as outras religiões presentes, sobretudo para os praticantes do candomblé, não foi visibilizada nas mesmas:

*Não deu para perceber a questão negra nas celebrações, do acolhimento dessa espiritualidade afro dentro das celebrações. Eu não consegui perceber isso. Eu via muito na circulação, as pessoas participando, dando seus depoimentos. A marca foi a questão do diálogo entre cristãos, ecumenismo, e isso marcou cada uma das celebrações (Entrevistada nº 13).*

## CONCLUSÃO

O estudo dos sete primeiros Encontros Intereclesiais insere-se no contexto maior do conjunto dos nove Encontros examinados na pesquisa que realizei, por isso torna-se difícil apresentar conclusões definitivas sobre a questão do ecumenismo e do diálogo inter-religioso presente nos mesmos. Mesmo assim, indico alguns elementos que, no meu modo de ver, apontam algumas características que sobressaem do estudo dos sete primeiros encontros:

1. O rápido percurso feito neste texto, do I ao VII Encontros Intereclesiais de CEBs, permite constatar o caráter ecumênico dos mesmos.
2. Um elemento a ser destacado é a situação da diocese católica, onde cada encontro se realiza. Esse dado marca decisivamente o caráter ecumênico dos mesmos. Exem-

<sup>43</sup> Para esse entrevistado, a importância de Duque de Caxias para o diálogo inter-religioso na trajetória dos Intereclesiais foi fundamental: "Há uma emergência do diálogo inter-religioso que aparece mais documentado, mais refletido, mais aprofundado... isso emergiu nesse processo que tem como ápice Duque de Caxias".



plos disso foram o I e VII Encontros. Na diocese de Vitória, Espírito Santo, a presença dos membros da Comunidade de Taizé, que atuavam em diversos serviços naquela diocese, influenciou na abertura ao ecumenismo. No caso do VII Encontro, realizado na cidade de Duque de Caxias, RJ, a abertura do bispo, Dom Mauro, e de diversos setores da diocese foi muito importante para que o Intereclesial tivesse uma forte abertura ecumênica e para o diálogo religioso. Este elemento aponta para uma característica presente na posição da ICR quanto ao ecumenismo.

3. O estudo dos sete primeiros encontros aponta para um elemento que é central na concepção de ecumenismo possuído pela ICR: o lugar do episcopado. Em virtude da própria concepção eclesiológica existente na ICR e do lugar da sua estrutura hierárquica dentro dessa concepção, o ecumenismo passa, necessariamente, pela hierarquia episcopal. Acontece aqui uma dependência da concepção de ecumenismo em relação à concepção de hierarquia existente na ICR.
4. Por causa do próprio caráter massivo dos Encontros que reúnem as lideranças das CEBs, não é possível detectar, através do estudo dos mesmos, como se apresenta a dimensão ecumênica e do diálogo inter-religioso no interior das Comunidades. Esse é um tema que ainda está em aberto e que exige uma pesquisa de maiores dimensões.
5. A questão ecumênica foi mais facilmente “digerida” pelos Encontros Intereclesiais do que a questão do diálogo inter-religioso apesar das CEBs apresentarem um chão mais favorável ao diálogo inter-religioso em virtude da existência da dupla pertença religiosa de membros de Comunidades que transitam também no mundo religioso afro.<sup>44</sup>

44 No VIII Encontro Intereclesial de CEBs realizado em Santa Maria, em 1992, ocorreu um conflito em torno da questão afro. Esse conflito foi estudado detalhadamente na tese de doutorado a que me referi na nota \*.

Estes elementos são alguns daqueles que configuram os posicionamentos da CNBB quanto ao pluralismo religioso. Outros elementos estão presentes no estudo dos VIII e IX Encontros Intereclesiais. Mas isso, é assunto para um outro texto...

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- BARROS, M. Uma grande festa de compromisso. A liturgia do VI Encontro Intereclesial. Em *REB*, 46 (1989), pp. 539-546.
- \_\_\_\_\_. *O sonho da paz*. A unidade nas diferenças: Ecumenismo religioso e o diálogo entre os povos. Petrópolis, Vozes, 1996<sup>2</sup>.

- BRUNEAU, T. C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Loyola, 1974.
- CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil 1987/1990*. Coleção Documentos da CNBB, 38. São Paulo, Paulinas, 1999.
- CONSELHO PONTIFÍCIO para a promoção da unidade dos cristãos. *Diretório para a aplicação de princípios e normas sobre o Ecumenismo*. SEDOC, 26 (1994), pp. 153-162.
- LIBÂNIO, J. B. VII Encontro Intereclesial das CEBs: Povo de Deus na América Latina a Caminho da Libertação. O evento. Em *REB*, 49 (1989), pp. 515-534.
- QUEIROZ, C. O papel da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Em INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Ed.) *Pastoral da Igreja no Brasil nos anos 70*. Caminhos, experiências e dimensões. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 40-5.
- RAMALHO, J. P. Avanços e questões na caminhada das CEBs: Reflexões sobre o VII Encontro. Em *REB*, 49 (1989), pp. 573-577.
- RIBEIRO, C. de O. — J. P. RAMALHO. Caminhar juntos: um balanço da trajetória ecumênica das CEBs no Brasil. Em *REB*, 57 (1997), pp. 867-875.
- SOUZA, L. A. G. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- TEIXEIRA, F. L. C. *Os Encontros Intereclesiais de CEBs no Brasil*. São Paulo, Paulinas, 1996.
- Tempo e Presença*, 18 (1996).